

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.476 - RS (2015/0188106-7)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : PEDRO MAURICIO PITA MACHADO - ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**ADVOGADO** : PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO E OUTRO(S) - RS024372

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 198e):

***DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAS FIXADOS EM AÇÃO COLETIVA. COMPETÊNCIA. VARA DE ORIGEM.***

- 1. Os honorários advocatícios fixados na ação de conhecimento coletiva devem ser buscados no Juízo que decidiu a causa em primeiro grau de jurisdição.*
- 2. O fundamento para excepcionar a aplicação do artigo 575, inciso II, do CPC nas execuções individuais - facilitar o acesso dos beneficiários à Justiça - não tem aplicabilidade no caso destes autos, em que se persegue a execução da verba honorária pelos patrocinadores da causa coletiva.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos apenas para fins de prequestionamento (fls. 295/303e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta ofensa ao art. 98, § 2º, II, do Código de Defesa do Consumidor, alegando-se em síntese que "não se aplica a lei processual que prevê a vinculação necessária ao juízo da condenação para a execução individual da decisão (art. 575, II, do CPC), mas sim a disciplina especial inscrita no Código de Defesa do Consumidor (art. 98, § 22, incs. I e II)" (fl. 317e).

Argumenta que "esse dispositivo é de clareza meridiana ao estabelecer que, se for coletiva, a execução se dará perante o juízo da ação condenatória (inciso II). Todavia, se for ação individual, como na espécie, a competência será do juízo da liquidação, e não o juízo que proferiu a sentença de conhecimento (inciso I). Ou seja, quando se cuidar de execução

individual, como na espécie, pouco importando a natureza da verba que for executada, não há obrigatoriedade da execução se processar perante o juízo prolator da sentença genérica (321e); "Não há falar, portanto, em nulidade da sentença de primeira instância por incompetência do Juízo, como erradamente decidido pelo r. acórdão recorrido" (fl. 321e).

Salienta que, "na presente hipótese, estamos diante da cobrança de honorários supostamente devidos pela tutela exercida em ação coletiva em que foram pleiteados interesses individuais homogêneos, nos termos do inciso III, do parágrafo único da Lei n. 8.078/90, aqueles decorrentes de origem comum. Ou seja, condenação efetiva decorrente da ação coletiva em tela haverá se, promovidas as liquidações individuais por parte do titular do direito, for verificado que eles possuem algum valor a receber por força dessa sentença, a partir do que, então, poderá ser calculada a eventual verba honorária" (fl. 327e).

Com contrarrazões (fls. 345/377e), o recurso foi admitido (fl. 379e).

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

O tribunal de origem decidiu a controvérsia, adotando os seguintes fundamentos i) os precedentes utilizados pelo Juiz de origem para firmar a sua competência não se aplicam ao caso, na medida em que versam sobre hipótese completamente distinta dos autos, porquanto dizem respeito a execuções individuais promovidas pelos servidores beneficiários do título executivo formado na ação coletiva e ii) o fundamento para excepcionar a aplicação do art. 575, II, do CDC nas execuções individuais, que é facilitar o acesso dos beneficiários à justiça, não tem aplicabilidade no casos dos autos, uma vez que se

persegue a execução de verba honorária pelos causídicos da ação coletiva, conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 196e):

*A regra em questão versa sobre competência absoluta e deveria ter sido declarada de ofício, consoante disposto no artigo 113 do CPC, com a declinação da competência para o Juízo Federal da 3ª Vara de Porto Alegre/RS, que julgou a Ação Coletiva nº, 97.0018061-1 que deu origem ao título em execução.*

*Os precedentes utilizados pelo Juiz de Primeiro para firmar a sua competência (entre elas uma de 3ª Turma de minha relatoria), não se aplicam ao caso, na medida em que versa sobre hipótese diversa. Todos os precedentes versam sobre execuções individuais promovidas pelos servidores beneficiários do título executivo formado na ação coletiva.*

*A presente execução versa sobre a verba honorária promovida pelos advogados que patrocinaram a ação de conhecimento coletiva, portanto, hipótese completamente distinta.*

*O fundamento para excepcionar a aplicação do artigo 575, inciso II, do CPC nas execuções individuais - facilitar o acesso dos beneficiários à Justiça - não tem aplicabilidade no caso destes autos, em que se persegue a execução da verba honorária pelos patrocinadores da causa coletiva. Assim, como bem afirma o recorrente "não há qualquer motivo lógico ou jurídico para estender a exceção destinada às execuções individuais da ação coletiva a uma execução de honorários promovida por sociedade de advogados sediada na mesma localidade do Juízo prolator da sentença, pois aquela não tem qualquer dificuldade de acesso a este" (fl. 156).*

Nas razões do Recurso Especial, tal fundamentação não foi refutada, implicando a inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento, segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO  
REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO**

**PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.**

(...)

*4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.*

*5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.*

*6. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.**

(...)

*4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*entendimento da Súmula n. 283 do STF.*

*5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.*

*Recurso especial não conhecido.*

(REsp 1.407.870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

Isto posto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora